

INTERSEÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO, RAÇA E TECNOLOGIA: UM OLHAR HISTÓRICO E PROJEÇÕES PARA O FUTURO

INTERSECTIONS BETWEEN EDUCATION, RACE AND TECHNOLOGY: A HISTORICAL LOOK AND PROJECTIONS FOR THE FUTURE

Natália Fernanda Santos de Oliveira

ORCID 0009-0005-9141-5993

Universidade de São Paulo – USP

São Paulo, Brasil

natalia.fernanda@usp.br

Francisco Carlos Paletta

ORCID 0000-0002-4112-5198

Universidade de São Paulo – USP

São Paulo, Brasil

fcpaletta@usp.br

Resumo. Este estudo visa examinar a formação do sistema educacional brasileiro à luz da educação como prática de liberdade, conforme os princípios de Paulo Freire. O foco recai sobre a construção social dos indivíduos e o papel da tecnologia na promoção de uma educação mais equitativa e de qualidade. A pesquisa também explora as oportunidades de acesso à educação para a população negra em um contexto de desigualdades, destacando a relevância de uma educação libertadora e antirracista como caminho para a construção de uma sociedade mais democrática.

Palavras-Chave: educação no brasil; desafios sociais, racismo, tecnologia em educação.

Abstract: This study aims to examine the formation of the Brazilian education system in the light of education as a practice of freedom, according to the principles of Paulo Freire. The focus is on the social construction of individuals and the role of technology in promoting a more equitable and quality education. The research also explores the opportunities for access to education for the black population in a context of inequality, highlighting the relevance of a liberating and anti-racist education as a way of building a more democratic society.

Keywords: education in brazil; social challenges, racism, technology in education.

1. INTRODUÇÃO

As desigualdades que permeiam as sociedades ao redor do mundo são capazes de definir diferentes jornadas, oportunidades e possibilidades aos indivíduos. Sendo fruto dos modos de interação e relações de poder da própria civilização construída ao longo da história do país, o Brasil é classificado como um dos países mais desiguais do mundo, segundo o *World Inequality Lab* (Laboratório das Desigualdades Mundiais), publicado em 2021¹ (FERNANDES, 2021).

Fortemente baseado nas desigualdades econômicas e raciais, a população mais atingida pela falta de acesso aos direitos básicos de vida é colocada em posição de subalternidade e precisam lutar pela sobrevivência. Desse modo, todos os caminhos se tornam mais difíceis por diversos fatores, dentre eles o preconceito e a falta de oportunidade à educação de qualidade – sobretudo às pessoas negras, que segundo o IBGE², somam 34,5% de pretos e 38,4% de pardos beirando a linha da pobreza, enquanto entre os brancos os índices são de 18,6%, de modo que tais evidências possuem relação direta com a violência e os preconceitos históricos culturais (CAVALLINI, 2022).

Sendo a educação um dever da família e do Estado segundo a Constituição Federal de 1988, uma das garantias desde os primeiros anos de vida deve ser o acesso à educação gratuita e de qualidade no sistema público. Entretanto, em uma sociedade construída sob a desigualdade e o

¹ Pesquisa realizada pelo IPEA sobre desigualdade no Brasil disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59557761>>.

² Proporção de pretos e pardos entre os pobres chega ao dobro em relação aos brancos, mostra o IBGE. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/11/11/proporcao-de-pobres-pretos-e-pardos-chega-ao-dobro-em-relacao-aos-brancos-mostra-o-ibge.ghtml>>

racismo, o seguinte trabalho propõe a reflexão sobre quais ações e medidas poderiam ser tomadas para incentivar a mudança por uma educação libertadora e democrática.

Segundo estudo do IPEA em constatação aos panoramas da desigualdade no Brasil, publicado em 2021³, os dados coletados mostram que “as razões da desigualdade com o conhecimento científico, o olhar multicausal do fenômeno predomina nos cidadãos, que elencam o desemprego, a precariedade do sistema educacional e a corrupção como os principais vilões” (CAVALCANTE, 2020). Desse modo, em um país onde 1% da população rica concentra quase a metade da fortuna patrimonial, é completamente injusto a existência de um sistema educacional insuficiente e até precário, no qual apenas 15% dos jovens acima de 16 anos⁴ conseguem estudar. (AGÊNCIA BRASIL, 2023)

De acordo com Paulo Freire (1921-1997), a educação como prática da liberdade parte do princípio de que a educação é um ato político, de construção do conhecimento a favor de uma sociedade mais justa e solidária. Para isso, a educação não deve ter como objetivo o simples ato de depositar a informação e o conhecimento padronizado sobre os estudantes, mas sim ensiná-los à lerem o mundo para transformá-lo, e então, despertar o indivíduo da condição de oprimido para agir pela sua própria libertação.

Gadotti (1999) afirma que “a prática da educação é muito anterior ao pensamento pedagógico, que surge com a reflexão sobre a prática, pela necessidade de sistematizá-la e organizá-la em função de determinados objetivos.” Nesse sentido, para que a sociedade avance, é necessário que a educação seja a força motriz de desenvolvimento por meio do poder da palavra e do questionamento, frutos do pensamento crítico. Ao passo que identificamos que “a educação no Brasil não é crise, é projeto”, conforme dito por Darcy Ribeiro, é fundamental que sigamos em busca da educação como prática libertadora até o dia em que o sistema deixe de ser um fator limitante de possibilidades para tornar-se uma realidade possível para todas as pessoas – especialmente aos grupos marginalizados na sociedade.

Portanto, assim como Seimour Souza, ativista da Uneafro Brasil, traz o despertar

“Nossa luta não começou ontem, não começa hoje. Nossos ancestrais um dia ousaram sonhar com a liberdade, e nós somos frutos desses sonhos. Somos frutos de uma gente que sobreviveu ao horror com altivez, de uma gente que sonhou com um futuro diferente. Somos frutos de teóricos e militantes como Abdias Nascimento, Lélia Gonzáles, Guerreiro Ramos, que há muito tempo denunciam a farsa da abolição”.

Desse modo, o seguinte artigo visa refletir sobre a formação da educação básica brasileira, sobretudo no contexto da negritude e as desigualdades de acesso para a população negra. Sendo obrigação do Estado garantir uma educação de qualidade de maneira igualitária aos cidadãos, propõe-se discutir sobre a importância da educação na vida das pessoas, representando não só ascensão social, mas a capacidade crítica de questionar e reivindicar mudanças, denunciando as formas de opressão e silenciamento historicamente sustentadas pelo racismo estrutural enraizado na cultura brasileira.

2. METODOLOGIA

Esta presente pesquisa possui caráter bibliográfico e tem como base teórica metodológica três linhas centrais para construção do seu referencial: a da educação (ANDRADE, 2005; FREIRE, 1987; HOOKS, 2021; SOUZA, 2018), a tecnologia (CASTELLS, 2006; JAMBERO,

³ A questão da desigualdade no Brasil: como estamos, como a população pensa e o que precisamos fazer. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10263/1/td_2593.pdf>

⁴ Pesquisa mostra que apenas 15% dos jovens acima de 16 anos estudam. Disponível em: <<https://noticiapreta.com.br/jovens-educacao-escola/>>

2000) e negritude (ALMEIDA, 2019; ADICHIE, 2019; CRENSHAW, 2002; MUNANGA, 1986; NASCIMENTO, 1978;). A partir dessas bibliografias, foram recolhidos elementos que direcionam, de forma crítica, as reflexões, entendimentos e análises sobre a importância da educação básica gratuita de qualidade para o fomento às identidades negras em combate ao racismo estrutural. Sendo assim, foi possível relacionar as narrativas, a necessidade de atuação do Estado em incentivo às políticas públicas de direito do cidadão e a consolidação da identidade negra ainda na infância.

Sob a perspectiva da construção de identidade, comunicação, tecnologia e educação digital, criou-se, neste trabalho, um possível plano para aliar a tecnologia à novos saberes e formas de promoção do ensino de qualidade, reforçando a representatividade e a retomada de narrativas silenciadas historicamente. Ainda enquanto um experimento, a seguinte proposta pode ser tomada como ponto de partida para refletir sobre o aprimoramento constante e necessário da educação digital no Brasil, abordando possíveis pontos positivos, negativos e oportunidades para a implementação de projetos na rede pública de ensino.

3. A EDUCAÇÃO NO PANORAMA SOCIAL BRASILEIRO

Dentre as diferentes conceituações e especificidades sobre o conceito de educação, começamos pela filosofia. Aristóteles define a educação como algo que tem início na infância, intimamente ligada às relações familiares, estendendo-se à educação pública na pólis como responsabilidade estatal e perpassando por todas as fases da vida. Essa definição está mais relacionada ao que conhecemos culturalmente sobre o que é a educação – um processo que comumente tem início em casa, com o aprendizado de costumes e hábitos familiares, partindo para o conhecimento da leitura e escrita na escola ainda na infância para a aquisição dos mais diversos tipos de conhecimento durante a vida adulta.

Já segundo a Sociologia, Émile Durkheim⁵ afirma que a educação pode ser compreendida como o conjunto de ações exercidas das gerações adultas sobre as que ainda não alcançaram o status de maturidade para a vida social, baseado na conduta do educador para conduzir o indivíduo ao que ele pode ser (DIA A DIA EDUCAÇÃO). Pensando no contexto das relações sociais, é importante analisar a interdependência sob as instituições sociais que permeiam a educação, como a família, a escola, a Igreja e diversas outras que detêm uma autoridade legal racional, consolidando regras que conduzem os modos de vida e socialização. Nesse sentido, a instituição social

é um mecanismo de proteção da sociedade, é o conjunto de regras e procedimentos padronizados socialmente, reconhecidos, aceitos e sancionados pela sociedade, cuja importância estratégica é manter a organização do grupo e satisfazer as necessidades dos indivíduos que dele participam. As instituições são, portanto, conservadoras por essência, quer seja família, escola, governo, polícia ou qualquer outra, elas agem fazendo força contra as mudanças, pela manutenção da ordem". (Durkheim, 2001, p. 15)

Visto que a escola atua como instituição social e estas são conservadoras por essência, é importante refletirmos sobre o papel exercido na educação, permeando entre a padronização, o comodismo e necessidade de liberdade do ensino. As instituições levam aos fatores sociais, entregando um conjunto de ideias, conceitos e interesses moldados aos indivíduos, que aderem a esse sistema de modo até inconsciente – afinal, dificilmente costumamos questionar por que

⁵ Conceito de educação para Durkheim. Disponível em:

<<http://www.sociologia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=403#:~:text=Para%20Durkheim%2C%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20pode,socializa%C3%A7%C3%A3o%20met%C3%B3dica%20das%20gera%C3%A7%C3%B5es%20novas>>

as coisas são como são, sobretudo os costumes e a cultura. Mas tratando-se de educação, sobretudo como prática libertadora, é fundamental desvencilharmo-nos das amarras da padronização, da desvalorização dos saberes individuais – sobretudo das crianças e jovens – e do consentimento acrítico, abrindo espaço para o diálogo.

Para estudiosos da história brasileira⁶, a educação no país tem início em 1549 com a chegada dos primeiros padres jesuítas, que por mais de 200 anos, atuaram na propagação da fé cristã. Entretanto, como apresenta José Clécio Silva e Souza em Educação e História da Educação no Brasil, “a história do Brasil é marcada preponderantemente pela dependência, exploração, violência, desrespeito às diferenças culturais e privilégio de alguns em detrimento da grande maioria da população” (SOUZA, 2018). Desse modo, é importante considerar que um processo pautado pela inferiorização e desrespeito às diferentes formas de saber é um momento específico da história que não deve se relacionar com o conceito de educação atual. A educação jesuítica estava intrinsicamente ligada à política de colonização por países europeus, sobretudo Portugal, com a vinda da Companhia de Jesus para o Brasil cujo objetivo era catequizar a população nativa para tomarem posse do território, da mão de obra e da liberdade dos habitantes de África e Brasil.

Foi durante o Período Imperial, após a chegada da Família Real, que o Brasil apresentou desenvolvimento cultural e educacional considerável, mas restrito apenas a alguns. Retratando a situação do negro brasileiro, sobretudo nos primeiros anos após abolição da escravidão, Abdias Nascimento (1978) detalha sobre a estratégia de genocídio da população negra por meio da exclusão social, criminalização e tentativa perversa de embranquecimento, por meio do estupro da mulher negra e incentivo à imigração de europeus. Além de tamanha violência, os resquícios da falta de suporte, incentivo e apoio à educação e ascensão para a população negra por parte do Estado é sentida ainda hoje e denunciada pelas estatísticas.

Foi somente em 1930 que a educação foi tratada como responsabilidade do Estado sob os cuidados do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, que também desenvolvia atividades relacionadas à saúde, ao esporte e ao meio ambiente.

Por conseguinte, foi criado o Conselho Nacional de Educação (CNE), o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e, em 1934, definiu-se constitucionalmente que a educação é direito de todos os brasileiros e estrangeiros domiciliados no país, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. Surge então o projeto de criação de um sistema escolar público, gratuito e obrigatório para todos os brasileiros até os 18 anos, conforme conhecemos hoje.

Entretanto, é importante resgatar as diferentes visões sobre o que pode ser a educação, os tipos de educação e que esse nem sempre é um caminho linear para todas as pessoas – afinal, atualmente, no Brasil, mais de 2 milhões de meninas e meninos na faixa etária de 11 a 19 anos estão fora da escola no ensino público⁷ (UNICEF, 2022). Ou seja, durante o período de educação básica, uma das fases primordiais de conhecimento e formação do indivíduo, crianças e adolescentes não conseguem frequentar a escola. Os principais motivos variam entre o trabalho infantil e dificuldades de aprendizagem, denunciando o déficit no processo educacional ainda na infância. Ao analisar esses fatos relacionando com a interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) de raça e classe, o cenário se agrava ainda mais.

⁶ Educação e História da Educação no Brasil. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/educacao-e-historia-da-educacao-no-brasil>>.

⁷ Dois milhões de crianças e adolescentes de 11 a 19 anos não estão frequentando a escola no Brasil, alerta UNICEF. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-de-11-a-19-anos-nao-estao-frequentando-a-escola-no-brasil#:~:text=H%C3%A1%20cerca%20de%202%20milh%C3%B5es,de%2011%20a%2019%20anos>>

Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) realizada em 2019, os jovens negros de 14 a 29 anos somam quase 72% do índice de evasão escolar⁸ (FREITAS, 2021). Desse número, metade dos homens negros de 19 a 24 anos não concluíram o ensino médio, enquanto entre as mulheres negras, esse número salta para 33%, segundo o IBGE⁹ (CRELIER, 2022). Esses dados possuem relação intrínseca com a formação da sociedade brasileira, com o racismo e o sexismo enraizados, que moldaram o processo civilizatório e ainda mantém, de maneira estrutural, as pessoas negras nas margens. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Todos pela Educação¹⁰ mostra como a população negra, mesmo matriculada nas unidades de ensino, possui menos oportunidades educacionais ao longo de todo o processo de aprendizagem devido a opressão e exclusão social (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020).

Nesse sentido, aprofundando a discussão sobre as desigualdades no processo educacional, quando trazemos à realidade de grupos subalternizados pela sociedade, é importante salientar as diferenças históricas impostas na jornada de conhecimento a esses grupos, permeada pela violência e preconceito. Com a abolição da escravidão em 1888, criou-se a ilusão de que todos eram livres e poderiam se estabelecer em sociedade de forma igualitária. Entretanto, o processo de libertação impôs restrições ainda mais profundas na formação cultural e legislativa do país. As pessoas escravizadas foram lançadas à própria sorte sem posses de terras, direitos ou perspectivas, lidando com o árduo caminho do preconceito para recuperarem suas vidas e histórias, conforme apresenta Abdias Nascimento sobre o “Mito do africano livre”:

As classes dirigentes e autoridades públicas praticavam a libertação dos escravos idosos, dos inválidos e dos enfermos incuráveis, sem lhes conceder qualquer recurso, apoio, ou meio de subsistência. Em 1888, se repetiria o mesmo ato “liberador” que a história do Brasil registra com o nome de Abolição ou de Lei Áurea, aquilo que não passou de um assassinato em massa, ou seja, a multiplicação do crime, em menor escala, dos “africanos livres”. (NASCIMENTO, 1978, p.79)

Portanto, ao refletirmos sobre o processo educacional como formador de identidades e saberes, é impossível não relacionar a intersecção entre raça e classe como fatores decisivos não só para a compreensão da formação da sociedade brasileira, como também as diferentes oportunidades de acesso e permanência para uma educação de qualidade às pessoas negras atualmente.

Segundo a Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 da Constituição Federal de 1988, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, classifica-se a educação como “parte dos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” Garante também que a educação escolar deve estar vinculada ao mundo do trabalho e à prática social, com base nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber e valorizar o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Partindo do ponto sobre educação e mundo do trabalho, é importante considerar os espaços ocupados pelas crianças e jovens brasileiros permeados pela desigualdade social que acarreta

⁸ Jovens negros lideram evasão escolar. Disponível em: <<https://mobilidade.estadao.com.br/patrocinados/jovens-negros-lideram-evasao-escolar/>>

⁹ Necessidade de trabalhar e desinteresse são principais motivos para abandono escolar. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28286-necessidade-de-trabalhar-e-desinteresse-sao-principais-motivos-para-abandono-escolar>>

¹⁰ Do início ao fim: população negra tem menos oportunidades educacionais. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/do-inicio-ao-fim-populacao-negra-tem-menos-oportunidades-educacionais-2/>>

o trabalho infantil, muitas vezes exigindo que a educação seja deixada em segundo plano visando a sobrevivência. Sendo a educação um dever da família e do Estado, é importante que este garanta condições básicas de alimentação, segurança, saúde e qualidade de vida para que a educação seja prioridade para as famílias brasileiras. Além disso, a educação bancária (FREIRE, 1968) é um dos limbos que transforma a educação em produto e os estudantes em máquinas de produção para o mercado de trabalho, inviabilizando o desenvolvimento efetivo de reflexão e o pensar crítico.

Dessa maneira, substituir a educação puramente embasada na transmissão e reprodutibilidade de informação por uma educação libertadora (FREIRE, 1968), acompanhada pela descolonização dos modos de pensar, valorizando as identidades, trajetórias e realidades de cada estudante, se torna fundamental, como possibilidade de ampliar a capacidade de autoconhecimento, oportunidades e ascensão aos estudantes. Isso porque a educação como prática da liberdade “é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. Ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos é essencial para criar as condições necessárias para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e mais íntimo”. (HOOKS, 1994, p. 25)

Cada pessoa traz consigo uma história, experiências e modos de aprendizagem individuais – o que difere da padronização dos conteúdos ensinados na educação básica, principalmente no ensino público – e as narrativas que são ignoradas ao longo desse processo poderiam incentivar a representatividade no ensino. É necessário fugir da normatividade, do comodismo do ensino para ampliar as possibilidades às crianças e jovens por meio da educação.

Dentre as diferentes classificações citadas, o que todos os campos de conhecimento apresentam em comum é que a educação prepara o indivíduo para o desenvolvimento de suas atividades ao longo de toda a sua vida. Desse modo, sendo um processo fundamental para o progresso das pessoas em todas as esferas de vida – pessoal, profissional, social –, é imprescindível que os entes e órgãos responsáveis pelo processo educacional criem planos eficientes, estruturais e estruturantes para proporcionar esperança e oportunidades aos indivíduos, sobretudo em uma sociedade desigual.

Sendo assim, além da necessidade de cunhar planos educacionais efetivos em cada município brasileiro, é necessário pensar em alternativas inovadoras visando a inclusão, permanência estudantil e o combate aos preconceitos para ir contra as estruturas de dominação, desde o ensino básico à graduação e assim por toda jornada educacional, para que pessoas dos mais diversos grupos sociais tenham a oportunidade de apropriarem-se de uma história que fora escrita e contada por seus ancestrais.

4. NEGRITUDE E A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA

No contexto social brasileiro, nota-se que a educação ainda enfrenta grandes desafios para seu pleno exercício com base nas liberdades e efetivação de aprendizagem. Permeado pelas questões de raça e classe, é possível construir um diálogo entre Paulo Freire e bell hooks, grandes educadores e ativistas pela educação como prática libertadora.

As mazelas do racismo ao longo da história marcaram as pessoas negras como inferiores psicologicamente e intelectualmente, embasado no racismo científico, que fomenta a crença em teorias infundadas que apoiam a inferioridade de determinadas pessoas sobre outras com base na raça. Esse sistema estabeleceu uma formação identitária no imaginário social muito específica para a população negra, voltado para o trabalho forçado e subserviente, somados à falta de oportunidades de estudo e de vida. Com isso, diante dos estereótipos negativos e da auto insatisfação justificada pelo racismo, houve a tentativa de assimilação dos valores culturais do homem branco, acreditando que a semelhança seria a solução para inserção social. Entretanto, conforme apresenta Kabengele Munanga em “Negritude: usos e sentidos”:

“Nas condições contemporâneas da colonização, esta é incompatível com a assimilação. Tudo leva a crer que ela foi apenas um mito, pois o caminho da desumanização do negro escolhido pelo colonizador não poderia integrá-lo. Pelo contrário, criou sua desestabilidade cultural, moral e psíquica, deixando-o sem raízes, para melhor dominá-lo e explorá-lo.” (MUNANGA, 1986, p. 31)

Nesse sentido, a educação fundamental, inclusiva, de qualidade e sobretudo antirracista é fator determinante para ressignificar a história de colonização e tomar posse da própria narrativa, que sempre é contada pela perspectiva do outro, conhecendo de fato quem são os ancestrais e a força que representam. Insistir no ensino da história pela perspectiva europeia é cair no perigo da história única (ADICHIE, 2019), que além de criar um limbo de desconhecimento sobre a importância de África, alimenta o sentimento de “vira lata” da população brasileira e reforça o discurso de inferioridade e violência sobre pessoas negras. Segundo bell hooks,

“O racismo é apenas um dos sistemas de dominação perpetuados e mantidos por educadores. Assim como me disseram no ensino médio que não existiam escritores negros, ensinaram-me durante os anos de graduação, em uma faculdade de elite, que mulheres não poderiam ser ‘grandes’ (HOOKS, 2020, p. 63.)

Desse modo, as reivindicações por ações afirmativas no ensino, o protagonismo negro e a luta contra o racismo no Brasil movimentadas pela Frente Negra Brasileira e pelo Movimento Negro Unificado (MNU) trouxeram ganhos expressivos para o povo negro brasileiro. Isso porque “é através da educação que a herança social de um povo é legada às gerações futuras e inscritas na história” (MUNANGA, 1986, p. 23).

Ao longo do processo de crescimento e formação identitária de crianças negras, desde o reconhecimento do ser e estar no mundo até o estabelecimento das relações sociais, a educação tem participação fundamental para a consolidação de uma identidade própria, sendo importante fortalecer a construção individual a partir de uma visão afrocentrada sobre o ser negro no Brasil com a criação de novas possibilidades em uma sociedade que avança lentamente contra o preconceito.

Nos primeiros contatos com o mundo e com a história, a falta de representatividade reflete na impossibilidade de reconhecer-se nos discursos perpetuados em aula, que insistem em transmitir o conhecimento a partir de uma visão imperialista e eurocêntrica, limitando o processo de formação de identidade de crianças negras que crescem sem saber exatamente qual a relevância daquele conteúdo no seu contexto. Conforme apresenta a pesquisadora e militante Inaldete Pinheiro de Andrade na obra “Superando o Racismo na Escola” sobre a relação entre identidade e educação de crianças negras”,

Juntar os fragmentos da memória constitui o processo de identidade de uma pessoa. Pergunto: que orgulho tem a criança negra quando busca na memória a história do seu povo? Qual o papel do seu povo na história do Brasil? Como a família que coleciona a mesma memória administra as inquietações – ou o silêncio – dessa criança? É a ausência de referência positiva na vida da criança e da família, no livro didático e nos demais espaços mencionados que esgarça os fragmentos de identidade da criança negra, que muitas vezes chega à fase adulta com total rejeição à sua origem racial, trazendo-lhe prejuízo à sua vida cotidiana. (ANDRADE, 2005, p. 120)

Assim como a educação básica é um ciclo que começa na infância até a juventude e pode ser um fator determinante, refletindo em quais caminhos a pessoa poderá seguir, o processo de formação de identidade ocorre em paralelo por meio da identificação, das trocas e dos saberes apresentados ao longo desse processo. Desse modo, quando bell hooks deixa um legado da pedagogia do esperar, baseada no amor, na humanização e no senso de comunidade de aprendizagem, é possível vislumbrar novos caminhos. Isso porque a autora traz como uma de suas máximas o amor, que vai além de um sentimento para ser concebido como uma “ação capaz de transformar o niilismo, a ganância e a obsessão pelo poder que dominam a cultura¹¹” (XONGANI, 2021).

Portanto, atrever-se a pensar na educação humanizada e afetiva é abrir novas possibilidades para crianças negras se reconhecem nas temáticas, nos docentes, nos materiais didáticos, livros infantis e na roda de colegas. Afinal, como saber quem realmente se é quando o mundo parece não ter espaço para você se encaixar?

Dilemas profundos como esse refletem não só nas relações estabelecidas e nas identidades formadas até a fase adulta, mas também nas possibilidades de criar narrativas, novos saberes e apropriar-se de uma história de autovalorização. Dito isso, celebrar as iniciativas de uma educação verdadeiramente antirracista no contexto brasileiro é destacar as vitórias em prol de uma educação libertadora, e acreditar que projetos como esses são possíveis faz com que a educação seja repensada.

Podemos citar como exemplo de educação como prática libertadora, disruptiva e antirracista a fundação da Escola Maria Felipa, em Salvador, Bahia – a primeira escola de educação infantil afro-brasileira fundada por Bárbara Carine Soares Pinheiro, uma mulher negra, mãe, professora doutora em Química pela UFBA e escritora.

Com enfoque em promover uma educação afrocentrada e desprendida da visão eurocêntrica, a Escola Maria Felipa é apresentada na obra “Como ser um educador antirracista: Para familiares e professores” (2023), juntamente com práticas e relatos da educação antirracista e decolonial como medida para transformação social. Além de trazer um calendário abrangente, englobando datas comemorativas africanas e indígenas, a metodologia das aulas é construída com base em discursos de acolhimento, de representatividade e de valorização da negritude, ao longo de uma fase tão importante que é a infância. Além disso, o corpo docente da escola é formado por pessoas negras, desde professores à coordenadores e auxiliares, ampliando as visões de mundo para que a criança possa se reconhecer no outro e decidir o que ela é ou gostaria de ser.

Tais ações são exemplos práticos de uma escola disposta a combater os preconceitos enraizados na sociedade, demonstrando como a educação pode ser acolhedora, humana, antirracista e afetiva, além de ser um processo constante e atuante nas mudanças socioculturais no Brasil. É por meio da educação que conhecemos o passado, compreendemos o presente e podemos moldar o futuro. Desse modo, sendo a escravidão um acontecimento passado que perdurou por mais de 300 anos, criando uma jornada desleal e desigual para pessoas negras, é necessário aplicar energia em projetos verdadeiramente transformadores, que ampliem os conhecimentos em prol da liberdade.

Para isso, torna-se muito válido explorar as diferentes ferramentas e tecnologias disponíveis, que avançam a cada dia, para propagar ações transformadoras pela educação brasileira. Vivemos em uma sociedade hiperconectada e globalizada, onde as informações, notícias, diálogos e ações acontecem rapidamente e, dessa forma, o conhecimento também perpassa pelos canais digitais. Como apresenta Manuel Castells em “A Sociedade em Rede: do Conhecimento à política,”

¹¹ bell hooks e a audácia de uma pedagogia amorosa. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/colunas/ana-paula-xongani/2021/12/16/bell-hooks-e-a-audacia-de-uma-pedagogia-amorosa.htm>>

“A sociedade em rede é uma sociedade hipersocial, não uma sociedade de isolamento. As pessoas, na sua maioria, não disfarçam a sua identidade na Internet, exceto alguns adolescentes a fazer experiências de vida. As pessoas integraram as tecnologias nas suas vidas, ligando a realidade virtual com a virtualidade real, vivendo em várias formas tecnológicas de comunicação, articulando-as conforme as suas necessidades.” (CASTELLS, 2005, p. 23)

Para isso, analisemos o desenvolvimento das tecnologias e o uso das diferentes ferramentas como fatores contribuintes para interação social, comunicação e educação.

5. TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO

No mundo globalizado em que vivemos, a comunicação é praticada de forma rápida e fácil como nunca visto antes, por meio de aparelhos celulares portáteis e uma conexão de Internet. Segundo pesquisa do IBGE¹² realizada em 2022, constatou-se que existem mais celulares do que habitantes no Brasil – 242 milhões de celulares ativos para 214 milhões de habitantes (CNN, 2022). Ainda que esse número seja permeado pelas desigualdades, pois existem pessoas que ainda não possuem celulares no país, o acesso facilitado às tecnologias faz com que as notícias sejam passadas de forma muito mais ágil, alcançando diferentes públicos e conectando pessoas, por mais distante que estejam.

Através de um clique, conseguimos acessar as notícias, mandar uma mensagem a alguém que está longe, consumir conteúdos e saber o que está acontecendo do outro lado do mundo. Data-se que o processo de globalização começou no século XV com as expansões marítimas e comerciais das Grandes Navegações, passando por diversas revoluções sociais, econômicas, políticas e tecnológicas que nos trazem ao que chamamos de Era da Comunicação e Informação – isso se já não avançamos ainda mais, com o surgimento e utilização da Inteligência Artificial no dia a dia.

Nesse cenário, o que se torna inegável é a potencialidade do poder de comunicação dos indivíduos por meio da informação, que podem ser produtores e consumidores de conteúdo simultaneamente, ultrapassando barreiras culturais e geográficas para perpetuar ideias no mundo virtual. Essa dinâmica altera os modos de consumo – substituindo a atenção aos detalhes pela produção massiva de conteúdos e informações –, as relações de poder e a organização social dos diferentes grupos. Othon Jambeiro (2000), jornalista e professor sobre Tecnologias de Informação e Comunicação, afirma:

Defende-se a crença de que haverá tantas sociedades da informação quantas forem as sociedades, porque cada sociedade usará as novas tecnologias e alternativas de serviços de acordo com suas necessidades prioritárias específicas e assim consolidará seu futuro (JAMBEIRO, 2000, p. 210)

Desse modo, a Internet surge como uma possibilidade de ampliação de acesso e comunicação, visto que um grande leque de informações está disponível a qualquer momento na palma da mão de cada pessoa. É necessário frisar que existem diferentes formas de consumir os conteúdos disponíveis na Internet, de forma que a influência dos algoritmos também pode ser limitante aos usuários. Entretanto, ainda existe a possibilidade de furar as bolhas sociais em busca de novidades, pesquisa ou informação.

¹² Brasil tem mais smartphones que habitantes, aponta FGV. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/brasil-tem-mais-smartphones-que-habitantes-aponta-fgv/#:~:text=S%C3%A3o%20242%20milh%C3%B5es%20de%20celulares,a%201%2C6%20por%20pessoa>>

Ao conceber as novas tecnologias como mecanismos de acesso à informação e comunicação, podemos também vislumbrar essa ferramenta como benéfica para ampliação da educação democrática e de qualidade no país. Ao fazer do(a) aluno(a) um agente atuante nas formas de produzir conhecimento e não o enxergar(a) apenas como um receptor de conteúdo, é possível despertar o interesse pela educação, pela vontade de manter-se informado(a) e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento do senso crítico, além de adaptar as práticas educacionais à realidade de uma nova geração imersa na tecnologia. Afinal, “a educação só pode ser libertadora quando todos tomam posse do conhecimento como se este fosse uma plantação em que todos temos de trabalhar” (HOOKS, 1994, p.26)

Ao passo que o mundo virtual pode reunir más influências e violência, é importante reforçar o outro lado dessa ferramenta em incentivo à educação e à ampliação de acesso, para que cada vez mais crianças e jovens possam experimentar diferentes possibilidades de ser e estar no mundo, criando maneiras de interagir, de se informar e atuar. Mesmo que ainda possam existir críticas e relutância contra o uso de tecnologias em sala de aula, é importante notar que tais instrumentos fazem parte do dia a dia e, enquanto sociedade, estamos imersos entre o mundo real e virtual. Portanto, ver a Internet como aliada na construção e ampliação da educação digital no Brasil pode ser um caminho promissor para a educação como prática libertadora.

6. RESULTADOS

Diante dos dados apresentados, compreende-se que a desigualdade social continua sendo o principal fator que dificulta o acesso à Internet e educação de qualidade de maneira igualitária, impactando também na implementação da educação digital no Brasil. Isso porque quando pensamos em educação digital inclusiva, deparamo-nos com uma questão complexa e urgente que antecede o passo ao futuro, que é a necessidade de fazer com que todas as pessoas tenham minimamente as condições básicas de vida e ascendam da condição de extrema pobreza que atingia 13,5 milhões de pessoas até 2019 ¹³ (NERY, 2019) para, então, ampliarem as possibilidades de acesso e Internet – ambas sendo obrigação do Estado e possíveis por meio da pressão popular.

Entretanto, mesmo lidando com todos esses desafios, a educação ainda pode ser uma chave de transformação e ampliação do diálogo através do compartilhamento de conhecimento, informação, valores e desenvolvimento do senso crítico, sobretudo para as novas gerações.

Afinal, pensar no futuro não significa desvalorizar o passado e nem substituir as pessoas por inteligência artificial; pelo contrário, o resgate histórico e ancestral pode trazer grandes ensinamentos e respostas para conduzir um aprendizado eficiente, atuando na valorização dos atores sociais da educação – de discentes à docentes e funcionários – e utilizando as novas tecnologias para evidenciar pessoas factualmente silenciadas. Afinal, em uma sociedade hiperconectada, o celular virou uma extensão do ser humano – conforme afirma o engenheiro Martin Cooper¹⁴, criador do primeiro celular (PERGENTINO, 2023) –, sendo mais fácil vislumbrar a utilização benéfica da tecnologia com supervisão do que necessariamente a proibição.

Visto que a educação digital é definida como a prática de abordar tecnologias nos métodos de ensino, esse processo que chegou ao Brasil há 20 anos ainda está em andamento e pode ser explorado de maneira criativa para ampliar a digitalização da comunicação, da informação e a construção identitária dos estudantes, além do combate às notícias falsas. Assim como Malala

¹³ Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>>

¹⁴ Aparelhos como extensão do corpo: como o criador do primeiro celular imagina o futuro dos smartphones. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/tecnologia/noticia/2023/04/aparelhos-como-extensao-do-corpo-como-o-criador-do-primeiro-celular-imagina-o-futuro-dos-smartphones.ghtml>>

Yousafzai, ativista pela educação e escritora paquistanesa afirmou em carta enviada ao Senado Brasileiro em 2022 reivindicando uma educação gratuita e de qualidade¹⁵, “apenas fornecer recursos às escolas não é o suficiente. Legisladores do Brasil devem buscar ativamente os jovens para quem a educação é mais inacessível e construir estratégias de reinserção que coloquem a necessidade desses estudantes no centro das ações” (FREITAS, 2022).

Dessa forma, uma das alternativas a se pensar poderia ser a criação de uma plataforma integrada e multidisciplinar de educação digital inclusiva, que fosse além da transmissão do conhecimento, mas que criasse uma relação de novos saberes e envolvimento – tanto para os estudantes quanto professores(as). Com interface para direção escolar, docentes e discentes de escolas públicas estaduais, a plataforma poderia ser estendida em formato de aplicativo e estar ativa nas mais diversas mídias sociais pelo órgão criador para facilitar o acesso e a interação em diferentes dispositivos.

Em relação aos conteúdos e métodos de aprendizagem, o ensino de culturas, linguagens e conhecimentos complementares estariam inclusos no plano de aprendizagem. Por exemplo, o ensino yorubá, linguagens indígenas, libras, arte contemporânea brasileira e comunicação inclusiva, bem como matemática empresarial, declaração de Imposto de Renda, ética e direitos e deveres dos cidadãos. Todos esses tópicos são alguns temas que normalmente não aprendemos na escola, mas que são fundamentais para compreendermos a formação da sociedade brasileira, a importância dos povos originários e o papel de cidadãos, além de reforçar a representatividade e a produção de novas narrativas nas escolas.

Para os docentes, a parte pedagógica poderia ser reforçada por meio de vídeos explicativos com especialistas nos tópicos propostos, reuniões e capacitações presenciais mensais para interação e promoção de novas ideias. Já para os alunos, o grande benefício estaria em aderir a novos conhecimentos com toda a criatividade e entretenimento sobre novas histórias e narrativas, podendo até mesmo ser constituído por atividades em formato de jogos interativos.

Desse modo, adequa-se ao mundo infantil e da tecnologia ao invés de desvencilhar-se do mesmo, com todos os atores sociais no âmbito educacional participando ativamente do processo de construção de saber de modo transparente, eficiente e harmonioso em prol do conhecimento inclusivo e de qualidade. Além de expandir as possibilidades de ensino, a educação digital poderia atuar como ferramenta aliada no combate às fake news ao ter o acesso à informação facilitado e pela acentuação do senso crítico, ressignificando também o consumo de conteúdo pelas crianças e adolescentes para transformar os modos de uso da Internet em um futuro próximo.

A Internet é um mundo vasto no qual estamos constantemente expostos a todo tipo de conteúdo, incluindo a violência. Paralelamente ao combate de conteúdos falsos e impróprios na Internet, a educação também pode assumir o papel transformador para ressignificar as formas de interação com as novas tecnologias e promover os benefícios do conhecimento, demonstrando que também pode ser algo atrativo e interessante.

Materializando a ideia, é possível elencar os principais pontos positivos e desafiadores em uma matriz swot para averiguar as possibilidades e a eficácia do projeto.

¹⁵ Malala cobra educação gratuita e de qualidade em carta a Senado brasileiro. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2022/02/22/em-carta-ao-brasil-malala-cobra-busca-ativa-por-meninas-fora-das-escolas.htm>>

MATRIZ SWOT – EDUCA+ INCLUSÃO	
<p>FORÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proposta pedagógica inovadora e criativa • Administração e corpo docente especializados • Custos baixos • Ampliação do ensino de qualidade • Novas oportunidades de acesso para estudantes da educação estadual • Reforço às ações afirmativas 	<p>FRAQUEZAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projeto novo e com pouca estruturação • Equipe especializada • Suporte pedagógico especializado • Publicidade e confiabilidade pela população e órgãos normativos • Comunicação efetiva para alcançar o público desejado • Pesquisa para compreensão da realidade dos estudantes e o panorama educacional público no país
<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção de novos saberes a favor da cultura e do ensino de qualidade • Recursos tecnológicos ilimitados para elevação da eficiência • Plataformas digitais construídas visando acessibilidade e facilidade de acesso • Redução de custos para investidores, Instituições de ensino e Estado • Expansão para demais regiões e estados brasileiros para democratizar o ensino • Incentivar a transformação do país em uma potência na educação digital 	<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de incentivo governamental • Proibição de tópicos específicos do ensino por questões políticas e ideológicas • Violência e preconceito social • Falta de adesão por docentes e discentes • Instabilidade e inconstância do ambiente digital • Carência de recursos financeiros, sobretudo pelo Estado • Desafios atrelados no incentivo à mudança comportamental e supervisão do consumo de conteúdo nas redes sociais por crianças e jovens

Figura 1. Matriz Swot.

Fonte: Resultado da Pesquisa. 2023.

Sendo assim, a educação digital inclusiva ainda é novidade no Brasil e diante de tantas questões urgentes de sobrevivência, além da corrupção e desvio de verba governamental, essa pauta ainda tem muito a ser explorada e questionada, avaliando os prós e contras e a verdadeira possibilidade de aplicação no ensino público visando a construção de uma educação participativa e libertadora.

7. CONCLUSÃO

Diante da breve análise sobre o sistema educacional brasileiro, sua construção e as interseccionalidades de raça e classe que modificam as oportunidades de aprendizado aos indivíduos, a educação digital se mostra como uma ferramenta interessante para diminuir as desigualdades e contribuir com uma pedagogia libertadora, segundo os preceitos de Paulo Freire. Além disso, contribuir com a participação ativa dos estudantes no processo pedagógico utilizando novas tecnologias pode aproximar as gerações e incentivar a construção do conhecimento de maneira coletiva, ressaltando a importância do outro na produção do saber e na construção de identidades individuais que formam a sociedade.

Repensar os modos de produção e consumo de conteúdo nas redes sociais em um cenário onde as notícias falsas podem promover a violência e incertezas relacionadas à veracidade das informações é urgente e fundamental – e a educação pode ser um meio eficiente de transformação, atuando desde o ensino básico para que as futuras gerações possam ter mais espaço para perguntar, reivindicar, ocupar e criar conteúdo que ajudem outras pessoas. Incentivando o pensamento crítico, torna-se possível questionar as estruturas de poder e refutar os preconceitos enraizados na sociedade, que chegam como uma fórmula pronta e se alojam na construção identitária de cada pessoa.

Além disso, a importância de resgatar os conhecimentos, histórias, personalidades e saberes indígenas e africanos são também uma forma de incentivar a representatividade, a inclusão, a cultura e ampliar as possibilidades para que crianças e jovens negros(as) possam decidir como trilhar seus próprios caminhos em meio a uma sociedade construída sob o racismo estrutural.

Novas ferramentas podem significar novas oportunidades de ressignificar a história para valorizar e dar voz às comunidades que sofreram não só com a colonização, mas com a inferiorização, a desqualificação, a violência e silenciamento. A construção de novos saberes começa com os velhos conhecimentos, que servem de base para que as próximas gerações, fundamentadas no conhecimento público democrático e de qualidade que consolida o senso crítico, possam se fortalecer cada vez mais para dar voz e lutar contra os preconceitos imbricados nos sistemas de poder.

8. AGRADECIMENTO

Dedico o meu mais profundo agradecimento, em primeiro lugar, para a minha mãe, mulher forte e guerreira que me criou sozinha e deu a oportunidade de estudar para tornar-me quem sou hoje. Que me mostrou o que é o mundo, me deu liberdade para explorar, criar e ser independente.

Quero agradecer também ao meu professor orientador, Francisco Paletta, um grande pesquisador e docente, por todo apoio ao longo deste projeto. Agradeço profundamente por confiar na minha ideia e me dar todo o suporte para desenvolvê-la.

Por fim, agradecer à toda minha família e amigos por serem a minha base e sempre me fazerem acreditar que é possível e que vale a pena sonhar para realizar.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Silvio de. Racismo estrutural. Editora Jandaíra; 1ª edição, 2019.

ANDRADE, Inaldete Pinheiro de. Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.: il.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à ação política. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. 2006.

CAVALCANTE, Pedro. IPEA, 2020. A questão da desigualdade no Brasil: como estamos, como a população pensa e o que precisamos fazer. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10263/1/td_2593.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2023.

CRENSHAW, Kimberlé W. “Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero”. Estudos Feministas, ano 10, nº 1/2002, pp. 171-188.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martin Claret, 2001.

FERNANDES, Daniela. BBC News Brasil, 2021. 4 dados que mostram por que Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, segundo relatório. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59557761>>. Acesso em 10 de junho de 2023.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro, PAZ E TERRA, 1987.

GADOTTI, Moacir. História das idéias pedagógicas. 8. ed. São Paulo, SP: Ática, 1999. 319 p. (Série educação)

hooks, bell. Ensinando Comunidade: uma Pedagogia da Esperança. São Paulo: Editora Elefante, 2021.



hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2013.

JAMBEIRO, Othon. Gestão e Tratamento da informação na sociedade tecnológica. In LUBISCO, Nídia M. L., BRANDÃO, Lídia M. B. (Orgs.). Informação e informática. Salvador: EDUFBA, 2000.

MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. São Paulo: Editora Ática S.A, 1986.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro, processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

SOUZA, José Clécio Silva. Educação e História da Educação no Brasil. Revista Educação Pública, 2018. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/educacao-e-historia-da-educacao-no-brasil>>. Acesso em 10 de junho de 2023.

